



Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos  
em cooperação com a *International Bar Association*



# Direitos Humanos na Administração da Justiça

MANUAL DE DIREITOS HUMANOS PARA JUÍZES,  
MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOGADOS

VOLUME II



NAÇÕES UNIDAS  
Nova Iorque e Genebra, 2003

\* \* \*

nota \*

As designações utilizadas e a apresentação do material na presente publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião, seja de que natureza for, da parte do Secretariado das Nações Unidas relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, ou das respectivas autoridades, ou relativamente à delimitação das respectivas fronteiras ou limites territoriais.

\* \* \*

O material incluído na presente colecção pode ser livremente citado ou reimpresso, desde que citada a fonte e que um exemplar da obra contendo o material reimpresso seja enviado ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Nações Unidas, 1211 Genebra 10, Suíça.

---

<sup>N.T.</sup> As notas do tradutor (N.T.) constantes da presente publicação são da responsabilidade do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República e não responsabilizam a Organização das Nações Unidas.

---

# Índice

## VOLUME I

- Cap. 01* As Normas Internacionais de Direitos Humanos e o Papel dos Operadores Judiciários: Introdução Geral
- Cap. 02* Principais Instrumentos Universais de Direitos Humanos e Respectivos Mecanismos de Aplicação
- Cap. 03* Principais Instrumentos Regionais de Direitos Humanos e Respectivos Mecanismos de Aplicação
- Cap. 04* Independência e Imparcialidade dos Juízes, Magistrados do Ministério Público e Advogados
- Cap. 05* Direitos Humanos e Prisão, Prisão Preventiva e Detenção Administrativa
- Cap. 06* Direito a um Processo Justo:  
Parte I – Do Inquérito ao Julgamento
- Cap. 07* Direito a um Processo Justo:  
Parte II – Do Julgamento à Sentença Final
- Cap. 08* Normas Jurídicas Internacionais para a Protecção das Pessoas Privadas de Liberdade
- Cap. 09* Utilização de Medidas Não Privativas de Liberdade na Administração da Justiça

## VOLUME II

	<i>Página</i>
<b>Cap. 10 Direitos da Criança na Administração da Justiça</b>	1
OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM	1
QUESTÕES	1
INSTRUMENTOS JURÍDICOS PERTINENTES	2
<b>1. Introdução</b>	3
1.1 TERMINOLOGIA	3
<b>2. A Administração da Justiça e as Crianças: Preocupações Actuais</b>	4
<b>3. Conceito de “Criança”</b>	4
3.1 A MAIORIDADE EM GERAL	4
3.2 IDADE DE IMPUTABILIDADE PENAL	4
<b>4. Direitos da Criança na Administração da Justiça:</b>	
<b>Alguns Princípios Básicos</b>	6
4.1 PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO	6
4.2 O INTERESSE SUPERIOR DA CRIANÇA	7
4.3 O DIREITO DA CRIANÇA À VIDA, À SOBREVIVÊNCIA E AO DESENVOLVIMENTO	8
4.4 O DIREITO DA CRIANÇA A SER OUVIDA	8
<b>5. Objectivos da Justiça de Jovens</b>	9
<b>6. Dever de Criar um Sistema de Justiça para Jovens</b>	11
<b>7. A Criança Arguida e a Administração da Justiça</b>	11
7.1 PROIBIÇÃO DA TORTURA E DAS PENAS OU TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES	12
7.2 TRATAMENTO GERAL DA CRIANÇA/INTERESSE SUPERIOR DA CRIANÇA	13
7.3 ALGUNS DIREITOS PROCESSUAIS FUNDAMENTAIS	13
7.3.1 O PRINCÍPIO <i>NULLUM CRIMEN SINE LEGE</i>	14
7.3.2 DIREITO À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	14
7.3.3 DIREITO DA CRIANÇA A SER PRONTAMENTE INFORMADA E DIREITO A ASSISTÊNCIA JURÍDICA	14
7.3.4 DIREITO DA CRIANÇA A SER JULGADA SEM DEMORA	15
7.3.5 DIREITO DA CRIANÇA A NÃO SE AUTO-INCRIMINAR E DIREITO DE INTERROGAR E CHAMAR TESTEMUNHAS	16
7.3.6 DIREITO DE RECURSO	16
7.3.7 DIREITO À ASSISTÊNCIA GRATUITA DE UM INTÉRPRETE	16
7.3.8 DIREITO AO RESPEITO DA VIDA PRIVADA	17
<b>8. A Criança e a Privação de Liberdade</b>	18
8.1 SIGNIFICADO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	19
8.2 PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA MEDIDA DE ÚLTIMO RECURSO	19
8.3 DIREITOS DA CRIANÇA PRIVADA DE LIBERDADE	20
8.3.1 DIREITO A UM TRATAMENTO HUMANO	20
8.3.2 DIREITO DA CRIANÇA A SER SEPARADA DOS ADULTOS	20
8.3.3 DIREITO DA CRIANÇA A MANTER CONTACTO COM A SUA FAMÍLIA	21
8.3.4 DIREITOS DA CRIANÇA DE ACEDER RAPIDAMENTE A ASSISTÊNCIA JURÍDICA E DE IMPUGNAR A LEGALIDADE DA DETENÇÃO	21
8.3.5 A CRIANÇA E AS CONDIÇÕES GERAIS DE DETENÇÃO	22
8.3.6 DIREITOS DA CRIANÇA E MEDIDAS DISCIPLINARES	23
<b>9. Direitos da Criança e Sanções Penais</b>	25
<b>10. A Criança Arguida e a Questão do Recurso a Meios     Extrajudiciais</b>	26

	<i>Página</i>
10.1 SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO “MEIOS EXTRAJUDICIAIS”	26
10.2 MEIOS EXTRAJUDICIAIS E AUTORIDADES RESPONSÁVEIS	27
10.3 MEIOS EXTRAJUDICIAIS E CONSENTIMENTO DA CRIANÇA	27
<b>11. A Criança como Vítima ou Testemunha em Processo Judicial</b>	<b>28</b>
<b>12. A Criança e os Seus Pais: Quando se Justifica a Separação</b>	<b>30</b>
12.1 O INTERESSE SUPERIOR DA CRIANÇA	30
12.2 MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A SEPARAÇÃO	31
12.3 GARANTIAS LEGAIS	31
12.4 O DIREITO DA CRIANÇA DE SE MANTER EM CONTACTO COM OS SEUS PAIS	32
<b>13. Direitos da Criança e Processos de Adopção</b>	<b>33</b>
<b>14. Papel dos Juízes, Magistrados do Ministério Público e Advogados na Garantia dos Direitos da Criança no Âmbito da Administração da Justiça</b>	<b>35</b>
<b>15. Observações Finais</b>	<b>35</b>
<i>Cap. 11</i> <b>Direitos das Mulheres na Administração da Justiça</b>	<b>37</b>
OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM	37
QUESTÕES	37
INSTRUMENTOS JURÍDICOS PERTINENTES	38
<b>1. Introdução</b>	<b>39</b>
<b>2. Direito das Mulheres à Personalidade Jurídica</b>	<b>40</b>
<b>3. Direito das Mulheres à Igualdade Perante a Lei e à Igual Protecção da Lei</b>	<b>41</b>
3.1 CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E CARTA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	41
3.2 CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES, DE 1979	41
3.3 TRATADOS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	44
3.4 SIGNIFICADO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE GÉNERO E NÃO DISCRIMINAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES	44
3.4.1 SIGNIFICADO GERAL DE IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO	44
3.4.2 SIGNIFICADO DE IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS	45
<b>4. Direito das Mulheres ao Respeito da sua Vida e da sua Integridade Física e Mental</b>	<b>47</b>
4.1 DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	47
4.2 DIREITO À VIDA	49
4.2.1 RAPTO E HOMICÍDIO	50
4.2.2 VIOLÊNCIA RELACIONADA COM O DOTE E CRIMES “DE HONRA”	51
4.2.3 MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA	51
4.2.4 ABORTO	52
4.2.5 MORTALIDADE INFANTIL E ESPERANÇA DE VIDA	53
4.3 PROIBIÇÃO DA TORTURA E OUTRAS PENAS OU TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES	54
4.3.1 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE	54
4.3.2 PENAS ILÍCITAS	56
4.3.3 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E CRIANÇAS DO SEXO FEMININO NO SEIO DA FAMÍLIA E NA COMUNIDADE EM GERAL	58

4.4	CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES COMO CRIMES CONTRA A HUMANIDADE E CRIMES DE GUERRA	62
<b>5.</b>	<b>Direito das Mulheres a Não Serem Vítimas de Escravidão, Tráfico de Escravos, Trabalho Forçado ou Obrigatório e Tráfico</b>	62
5.1	NORMAS JURÍDICAS PERTINENTES	63
5.1.1	ESCRAVATURA, TRÁFICO DE ESCRAVOS E SERVIDÃO	63
5.1.2	TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO	64
5.1.3	TRÁFICO	64
5.2	A PRÁTICA DA ESCRAVATURA, DO TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO E DO TRÁFICO DE MULHERES	65
<b>6.</b>	<b>Direito à Igualdade relativamente ao Casamento</b>	67
6.1	DIREITO DOS FUTUROS ESPOSOS DE CASAR LIVREMENTE E DE CONSTITUIR FAMÍLIA	67
6.1.1	CASAMENTOS POLIGÂMICOS	69
6.1.2	IDADE NÚBIL	69
6.1.3	OUTROS IMPEDIMENTOS DE DIREITO E DE FACTO AO DIREITO DE CASAR LIVREMENTE	71
6.1.4	RESTRIÇÕES AOS SEGUNDOS CASAMENTOS	71
6.1.5	REGISTO DOS CASAMENTOS	72
6.1.6	SIGNIFICADO DO DIREITO DE CONSTITUIR FAMÍLIA	72
6.2	IGUALDADE DE DIREITOS EM TERMOS DE LEIS DE NACIONALIDADE	74
6.3	O IGUAL DIREITO A UM NOME	76
6.4	IGUALDADE DE DIREITOS E RESPONSABILIDADES DOS CÔNJUGES EM RELAÇÃO AO CASAMENTO, NA CONSTÂNCIA DO MATRIMÓNIO E AQUANDO DA SUA DISSOLUÇÃO	77
6.4.1	DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	77
6.4.2	ENTENDIMENTO GERAL DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE DIREITOS E RESPONSABILIDADES	77
6.4.3	IGUALDADE DE DIREITOS QUANTO À TOMADA DE DECISÕES	78
6.4.4	IGUALDADE DE DIREITOS E RESPONSABILIDADES PARENTAIS	78
6.4.5	IGUALDADE DE DIREITOS SOBRE OS BENS DO CASAL	79
6.4.6	IGUALDADE DE DIREITOS EM MATÉRIA DE PROFISSÃO E OCUPAÇÃO	80
6.4.7	MULHERES QUE VIVEM EM UNIÃO DE FACTO	80
6.4.8	IGUALDADE RELATIVAMENTE AO DIVÓRCIO	80
6.4.9	IGUALDADE NO DIREITO À SUCESSÃO ENTRE CÔNJUGES	81
<b>7.</b>	<b>Igualdade de Direitos Quanto à Capacidade Jurídica em Matéria Civil</b>	81
7.1	IGUALDADE DE DIREITOS EM MATÉRIA DE ADMINISTRAÇÃO DE BENS E CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS	81
7.2	IGUALDADE DE DIREITOS SUCESSÓRIOS EM GERAL	83
<b>8.</b>	<b>Direito a Igual Participação nos Assuntos Públicos, incluindo Eleições</b>	84
8.1	DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	84
8.2	INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 25.º DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	85
8.3	INTERPRETAÇÃO DOS ARTIGOS 7.º E 8.º DA CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES	86

<b>9. Direito das Mulheres ao Gozo de Outros Direitos Humanos em Condições de Igualdade</b>	88
9.1 LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO E DE ESCOLHA DE RESIDÊNCIA	89
9.2 DIREITO À VIDA PRIVADA	89
9.3 LIBERDADES DE PENSAMENTO, CONSCIÊNCIA, CONVICÇÃO, RELIGIÃO, OPINIÃO, EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E REUNIÃO	90
9.4 DIREITO À EDUCAÇÃO	91
<b>10. Direito das Mulheres a um Recurso Efectivo, incluindo o Direito de Acesso aos Tribunais e o Direito a um Processo Justo</b>	92
<b>11. Papel dos Juízes, Magistrados do Ministério Público e Advogados na Garantia da Protecção dos Direitos das Mulheres</b>	95
<b>12. Observações Finais</b>	95
<i>Cap. 12</i> <b>Alguns Outros Direitos Essenciais: Liberdades de Pensamento, Consciência, Religião, Opinião, Expressão, Associação e Reunião</b>	97
OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM	97
QUESTÕES	97
INSTRUMENTOS JURÍDICOS PERTINENTES	98
<b>1. Introdução</b>	99
<b>2. Liberdade de Pensamento, de Consciência e de Religião</b>	99
2.1 DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	99
2.2 SIGNIFICADO GERAL DA LIBERDADE DE PENSAMENTO, DE CONSCIÊNCIA E DE RELIGIÃO	101
2.2.1 ARTIGO 18.º DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	101
2.2.2 ARTIGO 8.º DA CARTA AFRICANA DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS	102
2.2.3 ARTIGO 12.º DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS	102
2.2.4 ARTIGO 9.º DA CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM	103
2.3 DIREITO DE MANIFESTAR A RESPECTIVA RELIGIÃO OU CONVICÇÃO	104
2.3.1 RESTRIÇÕES AO DIREITO DA PESSOA DE MANIFESTAR A SUA RELIGIÃO OU CONVICÇÃO	106
2.3.2 PROIBIÇÕES DE MANIFESTAÇÃO DA RESPECTIVA RELIGIÃO OU CONVICÇÃO	112
2.4 LIBERDADE RELIGIOSA E INSTRUÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS	112
2.5 RELIGIÃO DE ESTADO E MINORIAS RELIGIOSAS	114
2.6 OBJECÇÃO DE CONSCIÊNCIA POR MOTIVOS RELIGIOSOS	115
<b>3. Liberdade de Opinião e de Expressão</b>	116
3.1 DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	116
3.2 ARTIGO 19.º DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	117
3.2.1 ESCOLHA DA LÍNGUA UTILIZADA EM TRIBUNAL	118
3.2.2 PUBLICIDADE	119
3.2.3 DIFAMAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES FALSAS	119
3.2.4 NEGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE E APELO AO ÓDIO	121
3.2.5 AMEAÇAS À SEGURANÇA NACIONAL E À ORDEM PÚBLICA	122
3.2.6 LIBERDADE DE IMPRENSA	125
3.2.7 DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS	127
3.3 ARTIGO 9.º DA CARTA AFRICANA DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS	128
3.3.1 LIBERDADE DE IMPRENSA	128

	<i>Página</i>
3.3.2 LIBERDADE PARA EXPRESSAR OPINIÕES	130
3.3.3 DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS	130
3.4 ARTIGO 13.º DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS	131
3.4.1 DIMENSÃO INDIVIDUAL E COLECTIVA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, INCLUINDO O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	133
3.4.2 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O CONCEITO DE ORDEM PÚBLICA NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA	134
3.4.3 RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO: SIGNIFICADO DA EXPRESSÃO “NECESSÁRIAS PARA ASSEGURAR”	135
3.4.4 CONTROLO INDIRECTO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: O CASO <i>IVCHER BRONSTEIN C. PERU</i>	136
3.4.5 ARTIGO 13.º, N.º 2 E O CASO DO <i>LICENCIAMENTO OBRIGATÓRIO DE JORNALISTAS</i>	137
3.5 ARTIGO 10.º DA CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM	138
3.5.1 ABORDAGEM INTERPRETATIVA BÁSICA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	139
3.5.2 LIBERDADE DE IMPRENSA	141
3.5.3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS MEMBROS ELEITOS DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS	149
3.5.4 LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS POLÍTICOS ELEITOS	151
3.5.5 LIBERDADE DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA	153
<b>4. Liberdades de Associação e de Reunião</b>	155
4.1 DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	155
4.2 ARTIGOS 21.º E 22.º DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	157
4.2.1 ORIGEM E SIGNIFICADO DO CONCEITO DE “NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA”	157
4.2.2 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO	158
4.2.3 LIBERDADE DE REUNIÃO	158
4.3 ARTIGOS 10.º E 11.º DA CARTA AFRICANA DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS	160
4.3.1 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO	161
4.4 ARTIGOS 15.º E 16.º DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS	162
4.5 ARTIGO 11.º DA CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM	164
4.5.1 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO, SINDICATOS E INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA	164
4.5.2 SINDICATOS E ACORDOS COLECTIVOS	166
4.5.3 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E PARTIDOS POLÍTICOS	168
4.5.4 LIBERDADE DE REUNIÃO DOS ADVOGADOS	178
<b>5. Papel dos Juízes, Magistrados do Ministério Público e Advogados na Garantia da Protecção das Liberdades de Pensamento, Consciência, Religião, Opinião, Expressão, Associação e Reunião</b>	179
<b>6. Observações Finais</b>	180
<i>Cap.</i> 13 <b>Direito à Igualdade e Não Discriminação na Administração da Justiça</b>	181
OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM	181
QUESTÕES	181
INSTRUMENTOS JURÍDICOS PERTINENTES	182
<b>1. Introdução</b>	182



1.1	DISCRIMINAÇÃO: UMA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS GRAVE E PERSISTENTE	182
1.2	PAPEL DOS JUÍZES, MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOGADOS NA PROTECÇÃO DAS PESSOAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO	183
1.3	BREVES NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS	184
1.4	OBJECTIVOS E ÂMBITO DO PRESENTE CAPÍTULO	184
<b>2.</b>	<b>Seleção de Normas Jurídicas Universais que Garantem o Direito à Igualdade perante a Lei e o Direito à Não Discriminação</b>	185
2.1	DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, DE 1948	185
2.2	CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO, DE 1948	185
2.3	PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS, DE 1966	186
2.4	PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, DE 1966	187
2.5	CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DE 1965	187
2.6	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, DE 1989	188
2.7	CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES, DE 1979	188
2.8	DECLARAÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE INTOLERÂNCIA E DISCRIMINAÇÃO BASEADAS NA RELIGIÃO OU CONVICÇÃO, DE 1981	189
2.9	DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS PERTENCENTES A MINORIAS NACIONAIS OU ÉTNICAS, RELIGIOSAS E LINGUÍSTICAS, DE 1992	190
<b>3.</b>	<b>Seleção de Normas Jurídicas Regionais que Garantem o Direito à Igualdade perante a Lei e o Direito à Não Discriminação</b>	190
3.1	CARTA AFRICANA DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS, DE 1981	190
3.2	CARTA AFRICANA DOS DIREITOS E DO BEM-ESTAR DA CRIANÇA, DE 1990	191
3.3	CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, DE 1969	191
3.4	PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, DE 1988	191
3.5	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DE 1994	191
3.6	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA, DE 1999	192
3.7	CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM, DE 1950	192
3.8	CARTA SOCIAL EUROPEIA, DE 1961, E CARTA SOCIAL EUROPEIA REVISTA, DE 1996	193
3.9	CONVENÇÃO QUADRO PARA A PROTECÇÃO DAS MINORIAS NACIONAIS, DE 1994	193
<b>4.</b>	<b>Proibição da Discriminação e Situações de Emergência Pública</b>	194
<b>5.</b>	<b>Significado Geral de Igualdade e Não Discriminação</b>	196
<b>6.</b>	<b>Seleção de Jurisprudência Internacional e Comentários Jurídicos sobre o Direito à Igualdade e a Proibição da Discriminação</b>	200

	<i>Página</i>
6.1 RAÇA, COR E ORIGEM ÉTNICA	200
6.1.1 INSULTOS RACISTAS	200
6.1.2 LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO E DE ESCOLHA DE RESIDÊNCIA	201
6.1.3 DISCRIMINAÇÃO RACIAL E ÉTNICA NO DOMÍNIO DA APLICAÇÃO DA LEI	201
6.1.4 DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA GARANTIA DOS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS	202
6.2 GÉNERO	202
6.2.1 DIREITO DE REPRESENTAR OS BENS DO CASAL	202
6.2.2 DIREITO AO RESPEITO DA VIDA FAMILIAR	203
6.2.3 DIREITOS PREFERENCIAIS A PENSÕES	204
6.2.4 PRESTAÇÕES DE SEGURANÇA SOCIAL	204
6.2.5 CONTRIBUIÇÕES PARA REGIMES GERAIS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA	205
6.2.6 LICENÇA PARENTAL REMUNERADA	205
6.2.7 AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE	206
6.3 LÍNGUA	206
6.4 RELIGIÃO OU CONVICÇÃO	207
6.4.1 OBJECÇÃO DE CONSCIÊNCIA AO SERVIÇO MILITAR	207
6.4.2 OBRIGAÇÃO DE USAR EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA NO LOCAL DE TRABALHO	209
6.4.3 FINANCIAMENTO PÚBLICO DE ESCOLAS RELIGIOSAS	209
6.4.4 FALTA DE ESTATUTO DE DIREITO PÚBLICO PARA EFEITOS DE INSTAURAÇÃO DE ACÇÃO JUDICIAL	210
6.5 PROPRIEDADE	210
6.6 NASCIMENTO OU OUTRA CONDIÇÃO	211
6.6.1 BENEFÍCIOS DE SEGURANÇA SOCIAL PARA PESSOAS CASADAS OU EM UNIÃO DE FACTO	211
6.6.2 DIREITOS SUCESSÓRIOS	212
6.6.3 REQUISITOS DE NASCIMENTO OU ASCENDÊNCIA DOS CANDIDATOS PRESIDENCIAIS	213
6.7 ORIGEM NACIONAL	214
6.8 ORIENTAÇÃO SEXUAL	214
6.9 MINORIAS	215
6.9.1 DIREITO À RESPECTIVA CULTURA	215
6.9.2 DIREITO A RESIDIR NUMA RESERVA ÍNDIA	216
<b>7. Observações Finais</b>	<b>217</b>
<i>Cap.</i> 14 <b>Papel dos Tribunais na Protecção dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais</b>	219
OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM	219
QUESTÕES	219
INSTRUMENTOS JURÍDICOS PERTINENTES	220
<b>1. Introdução</b>	<b>220</b>
<b>2. A História Revisitada: Porque Existem Dois Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos?</b>	<b>221</b>
2.1 PERSPECTIVA CRONOLÓGICA	221
2.2 CONTEÚDO DOS DEBATES	222
2.2.1 PRINCIPAIS ARGUMENTOS EM FAVOR DE UM PACTO	223
2.2.2 PRINCIPAIS ARGUMENTOS EM FAVOR DE DOIS PACTOS	223
2.2.3 APELOS A UMA SOLUÇÃO PRÁTICA	225
2.2.4 A QUESTÃO DA JUSTICIABILIDADE	226
<b>3. Interdependência e Indivisibilidade dos Direitos Humanos</b>	<b>227</b>

<b>4. Tratados Universais e Regionais de Protecção dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais: Direitos Garantidos</b>	230
4.1 NÍVEL UNIVERSAL	231
4.1.1 PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, DE 1966	231
4.2 NÍVEL REGIONAL	231
4.2.1 CARTA AFRICANA DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS, DE 1981	231
4.2.2 CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, DE 1969, INCLUINDO O PROTOCOLO ADICIONAL EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, DE 1988	232
4.2.3 CARTA SOCIAL EUROPEIA, DE 1961, E CARTA SOCIAL EUROPEIA REVISTA, DE 1996	233
<b>5. Obrigações Jurídicas dos Estados no Domínio da Protecção dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais</b>	234
5.1 PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, DE 1966	234
5.1.1 OBSERVAÇÕES INICIAIS	234
5.1.2 OBRIGAÇÃO DE MEIOS	236
5.1.3 OBRIGAÇÃO DE RESULTADO	236
5.1.4 OBRIGAÇÃO DE TORNAR EFECTIVOS OS DIREITOS: PREVISÃO DE VIAS INTERNAS DE RECURSO	237
5.2 CARTA AFRICANA DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS, DE 1981	238
5.3 CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, DE 1969, E PROTOCOLO ADICIONAL EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, DE 1988	238
5.4 CARTA SOCIAL EUROPEIA, DE 1961, E CARTA SOCIAL EUROPEIA REVISTA, DE 1996	238
<b>6. Direitos Económicos, Sociais e Culturais: São Eles Justiciáveis?</b>	240
<b>7. Estudo de Um Caso I: O Direito a um Alojamento Suficiente</b>	242
7.1 OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS	242
7.2 PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS: ARTIGO 11.º, N.º 1	242
7.2.1 PESSOAS ABRANGIDAS PELO DIREITO	244
7.2.2 ABORDAGEM INTERPRETATIVA, INCLUINDO A INTERDEPENDÊNCIA DE DIREITOS	244
7.2.3 CONCEITO DE SUFICIÊNCIA	244
7.2.4 OBRIGAÇÕES JURÍDICAS IMEDIATAS	245
7.2.5 VIAS INTERNAS DE RECURSO	246
7.2.6 DESOCUPAÇÕES FORÇADAS	247
7.3 JURISPRUDÊNCIA EUROPEIA RELEVANTE: O CASO <i>SELÇUK E ASKER</i>	249
7.4 JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE: O EXEMPLO DA ÁFRICA DO SUL	251
<b>8. Estudo de Um Caso II: O Direito à Saúde</b>	257
8.1 PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS: ARTIGO 12.º	257
8.1.1 CONTEÚDO NORMATIVO DO ARTIGO 12.º, N.º 1	258
8.1.2 SIGNIFICADO DAS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 12.º, N.º 2	259
8.1.3 OBRIGAÇÕES DOS ESTADOS PARTES	261
8.1.4 OBRIGAÇÕES NUCLEARES	263
8.1.5 VIOLAÇÕES DO ARTIGO 12.º	264
8.1.6 APLICAÇÃO A NÍVEL NACIONAL	264
8.2 JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE I: O EXEMPLO DO CANADÁ	265
8.3 JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE II: O EXEMPLO DA ÍNDIA	269

9. Papel dos Juizes, Magistrados do Ministério Público e Advogados na Protecção dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais: Lições Aprendidas	271
10. Observações Finais	271
<i>Cap.</i> 15 Protecção e Reparação das Vítimas de Crimes e Violações de Direitos Humanos	273
OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM	273
QUESTÕES	273
INSTRUMENTOS JURÍDICOS PERTINENTES	274
1. Introdução	275
2. Protecção e Reparação das Vítimas de Crimes	277
2.1 DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	277
2.1.1 NÍVEL UNIVERSAL	277
2.1.2 NÍVEL REGIONAL	277
2.2 CONCEITO DE VÍTIMA	279
2.3 TRATAMENTO DAS VÍTIMAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	280
2.3.1 TRATAMENTO DAS VÍTIMAS PELA POLÍCIA	281
2.3.2 TRATAMENTO DAS VÍTIMAS PELA ACUSAÇÃO	282
2.3.3 INTERROGATÓRIO DAS VÍTIMAS NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL	283
2.3.4 VÍTIMAS E PROCESSO PENAL	284
2.3.5 DIREITO DAS VÍTIMAS À PROTECÇÃO DA PRIVACIDADE E À SEGURANÇA	285
2.4 REPARAÇÃO, INDEMNIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE CRIME	286
2.4.1 OBSERVAÇÕES GERAIS	286
2.4.2 REPARAÇÃO	286
2.4.3 INDEMNIZAÇÃO	287
2.4.4 ASSISTÊNCIA	291
3. Protecção e Reparação das Vítimas de Violações de Direitos Humanos	292
3.1 CONCEITO DE VÍTIMA	292
3.2 DEVER JURÍDICO GERAL DE ASSEGURAR UMA PROTECÇÃO EFECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS	294
3.2.1 NÍVEL UNIVERSAL	294
3.2.2 NÍVEL REGIONAL	294
3.3 DEVER DE PREVENIR VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	297
3.3.1 NÍVEL UNIVERSAL	297
3.3.2 NÍVEL REGIONAL	298
3.4 DEVER DE GARANTIR VIAS INTERNAS DE RECURSO	300
3.4.1 NÍVEL UNIVERSAL	300
3.4.2 NÍVEL REGIONAL	302
3.5 DEVER DE INVESTIGAR, JULGAR E PUNIR	307
3.5.1 NÍVEL UNIVERSAL	307
3.5.2 NÍVEL REGIONAL	310
3.5.3 PAPEL DAS VÍTIMAS NO ÂMBITO DAS INVESTIGAÇÕES E DO PROCESSO JUDICIAL	312
3.6 DEVER DE GARANTIR A REPARAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	313

	<i>Página</i>
3.6.1 REPARAÇÃO E INDEMNIZAÇÃO	313
3.6.2 REABILITAÇÃO	315
3.7 O PROBLEMA DA IMPUNIDADE PARA VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	316
3.7.1 A IMPUNIDADE SOB UMA PERSPECTIVA JURÍDICA	316
3.7.2 JUSTIÇA, IMPUNIDADE E RECONCILIAÇÃO	318
<b>4. Papel dos Juízes, Magistrados do Ministério Público e Advogados na Garantia de Justiça para as Vítimas de Crimes e Violações de Direitos Humanos</b>	319
<b>5. Observações Finais</b>	319
<i>Cap. 16</i> Administração da Justiça Durante Estados de Emergência	321
OBJECTIVOS DA APRENDIZAGEM	321
QUESTÕES	321
INSTRUMENTOS JURÍDICOS PERTINENTES	322
<b>1. Introdução</b>	323
1.1 OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS GERAIS	323
1.2 OBSERVAÇÕES INICIAIS SOBRE RESTRIÇÕES E DERROGAÇÕES NA ÁREA DOS DIREITOS HUMANOS	324
<b>2. Conceito de Emergência Pública no Direito Internacional dos Direitos Humanos</b>	324
2.1 DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	324
2.1.1 DERROGAÇÕES E CARTA AFRICANA DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS	325
2.2 DERROGAÇÃO DE OBRIGAÇÕES JURÍDICAS: UM DILEMA PARA OS AUTORES	325
2.3 INTERPRETAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTERNACIONAIS DE CONTROLO	329
2.3.1 ARTIGO 4.º, N.º 1 DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	329
2.3.2 ARTIGO 27.º, N.º 1 DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS	332
2.3.3 ARTIGO 15.º, N.º 1 DA CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM	334
<b>3. Direitos e Obrigações Inderrogáveis à Luz das Normas Internacionais de Direitos Humanos</b>	337
3.1 OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS	337
3.2 DISPOSIÇÕES JURÍDICAS PERTINENTES	337
3.3 DIREITO À VIDA	339
3.4 PROIBIÇÃO DA TORTURA E DAS PENAS OU TRATAMENTOS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES	339
3.5 DIREITO A UM TRATAMENTO HUMANO	341
3.6 PROIBIÇÃO DA ESCRAVATURA E SERVIDÃO	342
3.7 PROIBIÇÃO DA RETROACTIVIDADE DA LEI PENAL E PRINCÍPIO <i>NE BIS IN IDEM</i>	342
3.7.1 PROIBIÇÃO DA RETROACTIVIDADE DA LEI PENAL	342
3.7.2 PRINCÍPIO <i>NE BIS IN IDEM</i>	344
3.8 DIREITO AO RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	344
3.9 LIBERDADE DE PENSAMENTO, DE CONSCIÊNCIA E DE RELIGIÃO	345
3.10 DIREITO DE NÃO SER PRESO UNICAMENTE COM FUNDAMENTO NO FACTO DE NÃO PODER CUMPRIR UMA OBRIGAÇÃO CONTRATUAL	346
3.11 DIREITOS DA FAMÍLIA	346
3.12 DIREITO A UM NOME	346
3.13 DIREITOS DA CRIANÇA	347

	<i>Página</i>
3.14 DIREITO A UMA NACIONALIDADE	348
3.15 DIREITOS POLÍTICOS	348
3.16 DIREITOS INDERROGÁVEIS E DIREITO A UMA EFECTIVA PROTECÇÃO PROCESSUAL E JUDICIAL	349
<b>4. Direitos Derrogáveis e Condição da Necessidade Estrita</b>	<b>352</b>
4.1 ABORDAGEM INTERPRETATIVA GERAL	352
4.1.1 ARTIGO 4.º, N.º 1 DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	352
4.1.2 ARTIGO 27.º, N.º 1 DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS	353
4.1.3 ARTIGO 15.º, N.º 1 DA CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM	354
4.2 DIREITO A RECURSOS EFICAZES	355
4.3 DIREITO À LIBERDADE E PODERES ESPECIAIS DE PRISÃO E DETENÇÃO	356
4.4 DIREITO A UM JULGAMENTO JUSTO E TRIBUNAIS ESPECIAIS	364
<b>5. Condição da Compatibilidade com Outras Obrigações Jurídicas Internacionais</b>	<b>371</b>
<b>6. Condição da Não Discriminação</b>	<b>373</b>
<b>7. Condição da Notificação Internacional</b>	<b>374</b>
<b>8. Papel dos Juízes, Magistrados do Ministério Público e Advogados na Garantia de uma Protecção Efectiva dos Direitos Humanos em Situações de Emergência</b>	<b>376</b>
<b>9. Observações Finais</b>	<b>377</b>